



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0012211-34.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Suspensão**
 Embargante: **Isabel Ramos dos Santos**
 Embargado: **Prefeitura Municipal de São Carlos**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Embargos à Execução, opostos por **IZABEL RAMOS DOS SANTOS**, nos autos da execução fiscal que lhes move o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**.

Impugnação apresentada às fls. 45/64.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Acolho a preliminar de intempestividade dos embargos porque, nos termos do artigo 16¹, III, da Lei de Execução Fiscal, o termo inicial de contagem dos trinta dias para oposição de embargos à execução é a data da intimação da penhora e não da juntada aos autos do respectivo mandado.

Esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

“PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. PRAZO PARA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS AO DEVEDOR. TERMO INICIAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PENHORA. 1. [...] 2. Entendimento desta Corte no sentido de que o prazo para oposição de embargos à execução fiscal é contado a partir da data da intimação pessoal da penhora, nos termos do art. 16, III, da Lei n. 6.830/80, e não da juntada aos autos do respectivo mandado, devendo constar expressamente deste a advertência do prazo para oferecimento dos respectivos embargos. 3. [...] 4. Agravo regimental não-provido.” (AgRg no REsp 843721 / RS, Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 10/11/2008).

No mesmo sentido é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

“Apelação – Embargos à execução Fiscal – Rejeição liminar - Prazo para interposição que se inicia a partir da intimação da penhora – Inteligência do art. 16, III da Lei nº 6.830/80 - Intempestividade configurada – Sentença mantida - Recurso não provido.

¹ art. 16, III, da Lei n. 6.830/80:

"O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados:

(...)

III - da intimação da penhora."



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(Relator(a): Cláudio Marques; Comarca: Franco da Rocha; Órgão julgador: 14ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 25/08/2016; Data de registro: 29/08/2016).

Nota-se que a executada, equivocadamente, contou o termo inicial da juntada do mandado.

Na hipótese dos autos, a intimação da penhora foi realizada em 21/10/2014 (fls. 53/54 da demanda executiva em apenso), ao passo que os embargos somente foram opostos no 34º dia (21/11/2014-fls. 02), quando já decorrido o prazo para sua apresentação.

Ante o exposto, reconhecida a intempestividade dos embargos, rejeito-os.

Prossiga-se, oportunamente, na execução, subsistindo a penhora.

Condeno a embargante nas custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa.

P. I.

São Carlos, 15 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**